

**Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 084, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021**

**ALTERA A REDAÇÃO DO  
INCISO IX DO ART. 130 DA LEI  
5.819/03**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a redação do inciso IX, do artigo 130 da Lei 5819/2003, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 130 .....**

**(...)**

**“IX - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, ou como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, Empresário Individual, Sociedade Unipessoal Limitada ou Micro-Empresa Individual e, em qualquer situação, vedada a contratação com a Fazenda Pública ou em conflito de interesses com a Fazenda Pública, observados ainda os impedimentos e suspensões legalmente previstos.” (NR)**

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Grande, 20 de dezembro de 2021

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
**Prefeito Municipal**

**Cc/Todas as Secretarias/PGM/CSCI/CMRG/Publicação**

**MENSAGEM/931**

Rio Grande, 20 de dezembro de 2021

**Senhor Presidente:**

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 084 que **ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO IX DO ART. 130 DA LEI 5.819/03.**

O presente Projeto de Lei surge da proposição do Vereador Rogério Gomes, através do Ofício de seu Gabinete, nº 190/2021 e, após a análise da viabilidade da Procuradoria Geral do Município, propõe adaptar a Norma do Servidor Público Municipal às realidades sociais, sem confrontar com normas legais de hierarquia superior.

Fato é que o Servidor Público Municipal, como toda a população brasileira, vem, ao longo dos anos a necessidade de ter mais de uma fonte de renda para prover a sua subsistência.

Essa conduta, contudo, encontra impeditivo na atual redação da Lei 5.813/03, que impede que o mesmo, ainda que em conformidade com o horário de labor prestado ao Município, possa ter uma atividade empresária ou até profissional, mediante a constituição formal de uma Pessoa Jurídica.

A análise dos modelos empresários hoje existentes no Brasil, permitem que pessoas físicas prestem serviços mediante a constituição de pessoas jurídicas e, com isso, possam enquadrar-se como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, Empresário Individual, Sociedade Unipessoal Limitada ou Micro-Empresa Individual e, daí, sendo capaz de emitir Nota Fiscal, obter incentivos creditícios, dentre outras atividades comuns às pessoas jurídicas.

Olhando-se sob a questão do enquadramento tributário, apenas à título exemplificativo, uma pessoa física que presta serviços é tributada em 27,5% aproximadamente de seus ganhos. Ao passo que essa mesma pessoa, ao desenvolver uma atividade enquadrada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, Empresário Individual, Sociedade Unipessoal Limitada ou Micro-Empresa Individual, passa para uma carga tributária muito inferior.

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Ainda, um Profissional Liberal, como um Advogado, um Contador, por exemplo, não pode desenvolver sua atividade mediante uma Pessoa Jurídica ante o impeditivo legal hoje vigente, muito embora não exista colidência de interesses com a Administração Municipal, impeditivo legal e exista conformidade de horário.

Diante disso, e por tantos outros exemplos possíveis, buscando trazer para a formalidade e para a legalidade aqueles que muitas vezes somente pretendem auferir uma renda complementar com suas pequenas atividades, inclusive permitindo que essas pessoas possam recolher impostos, gerando renda e emprego, é que se apresenta o presente Projeto de Lei com as condicionantes nele postas de impedimentos legais, para a submissão à essa Casa Legislativa.

Sendo o que tínhamos para o momento, firmamo-nos,

Respeitosamente,

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
**Prefeito Municipal**

**À Sua Excelência**  
**Ver. FILIPE DE OLIVEIRA BRANCO**  
**Presidente da Câmara Municipal**  
**NESTA CIDADE**